

# A CONSTRUÇÃO HISTÓRICO-TERRITORIAL DO ESTADO-NAÇÃO SÍRIO E SEUS REFLEXOS NA GUERRA CIVIL

*The historical-territorial construction of the Syrian nation-state and its reflections on the Civil War."*

**Gleydson Gonzaga de Lucena**

Doutorando do Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade de Brasília - DF, Brasil.

[gleydson\\_lucena@hotmail.com](mailto:gleydson_lucena@hotmail.com)

**Glória Maria Vargas Lopez de Mesa**

Profª Drª do Curso de Geografia da Universidade de Brasília (UnB) - DF, Brasil.

[yoya@unb.br](mailto:yoya@unb.br)

Recebido: 24.03.2023

Aceito: 28.02.2024

## Resumo

Este trabalho analisa a construção histórico-territorial do Estado-nação sírio para entender a atual guerra civil síria, pressupondo-se que o estudo de qualquer tema geopolítico contemporâneo exige uma compreensão do processo histórico que o determinou. Objetiva-se, portanto, explicar como se deu a longa formação histórica e territorial da Síria, desde a antiguidade até o momento presente, investigando os fatores que influenciaram a formação do referido território e as diferentes fases que moldaram o Estado-nação atual. Utiliza-se a narrativa analítica como ferramenta histórico-metodológica para navegar pelos contextos geográficos que permitem compreender a formação desse território. Conclui-se que a fragmentação territorial e a guerra civil síria atual têm suas raízes históricas na implantação abrupta do modelo de Estado-nação de matriz advinda dos tratados de Vestifália de 1648, que substituiu a territorialidade islâmica, e no autoritarismo característico dos países árabes pós-independência; e, no caso sírio, do regime da família Assad.

**Palavras-chave:** Síria, Guerra civil síria, História da Síria, Domínio territorial.

## Abstract

This work seeks to analyze the historical-territorial construction of the Syrian nation-state to understand the current Syrian civil war, as it is assumed that the study of any contemporary geopolitical issue requires an understanding of the historical process that determined it. The objective is, therefore, to explain how the long historical and territorial formation of Syria took place, from antiquity to the present moment, investigating the factors that influenced the formation of that territory and the different phases that shaped the current nation-state. The analytical narrative is used as a historical-methodological tool to navigate through the geographical contexts that allow an understanding of the formation of this territory. It is concluded that the territorial fragmentation and the current Syrian civil war have their historical roots in the abrupt implementation of the matrix nation-state model arising from the Westphalian treaties of 1648, which replaced Islamic territoriality, and in the authoritarianism characteristic of post-independence Arab countries, and, in the Syrian case, the Assad family regime.

**Keywords:** Syria, Syrian Civil War, History of Syria, Territorial Domain.

## 1. INTRODUÇÃO

O entendimento da guerra civil na Síria, assim como qualquer outro tema geopolítico atual, exige uma compreensão do processo histórico que o determinou; é preciso buscar as “forças profundas”<sup>1</sup> (sociais, culturais, econômicas e políticas) que moldaram o atual quadro. Assim, o presente trabalho objetiva explicar como se deu a longa formação histórica e territorial da Síria, desde a antiguidade até o momento presente. E também busca-se investigar os fatores que influenciaram a formação do referido território e suas implicações na modelagem do estado nação sírio, assim como seus reflexos na guerra civil. Neste sentido, o núcleo histórico de formação do território e do Estado sírio são fundamentais para compreender as relações com os aspectos políticos, econômicos e culturais que não apenas fazem parte dessa evolução, mas que persistem como elementos importantes da identidade territorial atual do Estado-nação sírio.

Compreender a formação territorial da Síria, vista em perspectiva histórica, se constitui numa ferramenta analítica de apreciação de diferentes estruturas temporais que nos permitem detectar alguns dos fenômenos que se apresentam hoje como parte de uma grande conflagração de eventos do âmbito do estado nacional, bem como regional e global. Dessa forma, a narrativa analítica (Sloan, 2017) foi escolhida como ferramenta de aproximação histórica que facilita tanto a exposição quanto a explicação das temporalidades da formação do território sírio. No percurso do uso desta ferramenta metodológica, fizemos escolhas para traçar os elementos substanciais que nos permitissem relatar e compreender o processo de formação estatal e territorial num oceano de fatos, intencionalidades, atores e contextos. Dessa forma, a narrativa analítica se mostra como uma guia importante para o trabalho geográfico que caminha da mão da História.

Neste mesmo sentido, Sloan afirma que “a Geopolítica deveria, portanto, ser considerada um campo de estudo sintético, que aborda questões na confluência de três disciplinas acadêmicas díspares e suas preocupações fundamentais: Geografia, Estudos Estratégicos e História” (2017, p. 13, tradução nossa). E Haggman argumenta que “a geopolítica, tanto como Kjellen a viu em sua principal corrente ocidental, a anglo-saxônica (Mackinder, Spykman *et al*), é uma ciência que faz fronteira com **a história, a geografia e a ciência política**, mas também pode ser considerada como uma ajuda às três. É, em grande medida, um método de análise mais do que uma ciência em si.” (1998, p. 107,

---

<sup>1</sup>O conceito de “forças profundas” foi desenvolvido pela escola francesa de relações internacionais e diz respeito aos fatores multicausais (sociais, políticos, etc) que operaram na formação das estruturas geopolíticas internacionais. Faz-se então, necessário estudá-los para se entender um determinado fenômeno no presente (SARAIVA, 1997).

tradução e grifos nossos). Já Cohen, por sua vez, ressalta a relevância da Geografia nos estudos geopolíticos, ao afirmar que "o verdadeiro valor da geopolítica moderna é na análise acadêmica dos fatores geográficos subjacentes às relações internacionais e que orientam as interações políticas" (2009, p. 11, tradução nossa). Torna-se claro, então, o carácter interdisciplinar na análise geopolítica, particularmente entre a História e a Geografia no caso do presente trabalho.

Especificamente sobre a categoria do território, Jean Gottmann (1973) lembra que desde os primórdios da história da humanidade os diversos grupos humanos sempre procuraram delimitar um determinado território para chamá-lo de sua casa: "One could probably equate such districting with the notion of territory, the first purpose of which is to fence off a portion of space for the security of its inhabitants." (Gottmann, 1973, p. 1)

Além de salientarmos a relevância do conhecimento histórico neste trabalho, urge, também, sublinhar um conceito chave na geografia para a análise da evolução territorial de qualquer povo: o de territorialidade. Segundo Zilá Mesquita (1995, p. 83), ela pode ser "entendida como projeção de nossa identidade sobre o território. Assim me sinto diante do território". Além da noção de identidade e de pertencimento, e mais ligado à ideia de poder, Marcos Saquet descreve o pensamento de Robert Sack: "territorialidade corresponde às ações de influencia e controle em uma área do espaço, tanto de indivíduos como de suas atividades e relações, o que pode ocorrer em diferentes níveis escalares." (Saquet, 2013, p. 83). Sack, em sua obra *Human territoriality*, de 1986, argumenta que a territorialidade constitui uma estratégia para influenciar ou controlar recursos, fenômenos e pessoas, desde o nível pessoal até o internacional. Diz ele que "A territorialidade está intimamente relacionada ao como as pessoas usam a terra, como organizam o espaço e como dão significados ao lugar" (Sack, 1986, p. 2), concluindo que "A territorialidade é uma expressão geográfica primária do poder social" (Sack, 1986, p. 2).

Diante das considerações acima, parte-se da hipótese inicial que a fragmentação territorial e a guerra civil síria têm suas raízes históricas na implantação abrupta do modelo de Estado-nação de matriz advinda dos tratados de Vestifália de 1648<sup>2</sup>. Ela se associa ao autoritarismo característico dos países árabes pós-independência (no caso sírio, do regime da família Assad), que substituiu a territorialidade islâmica com sua relativa estabilidade, não apenas à Síria, mas no Oriente Médio de um modo geral, desde a implantação do islamismo na região.

---

<sup>2</sup> Segundo Castro (2005), a Paz de Vestifália consolidou na Europa a tendência de "territorialização" da política, firmando a ideia da soberania territorial. Ou seja, autoridade do Estado se dá dentro de um território definido.

Este artigo dividi-se em quatro partes: na primeira é abordada a evolução do território sírio na Antiguidade; na segunda, trata-se do período islâmico e da construção da territorialidade islâmica; na terceira, tem-se a abordagem do período de dominação europeia e de implantação do modelo vestfaliano na Síria; e por fim, a quarta parte é dedicada a explicar o porquê da eclosão da guerra e do fracasso do modelo de Estado-nação de matriz europeia, que não considerou a noção da territorialidade islâmica.

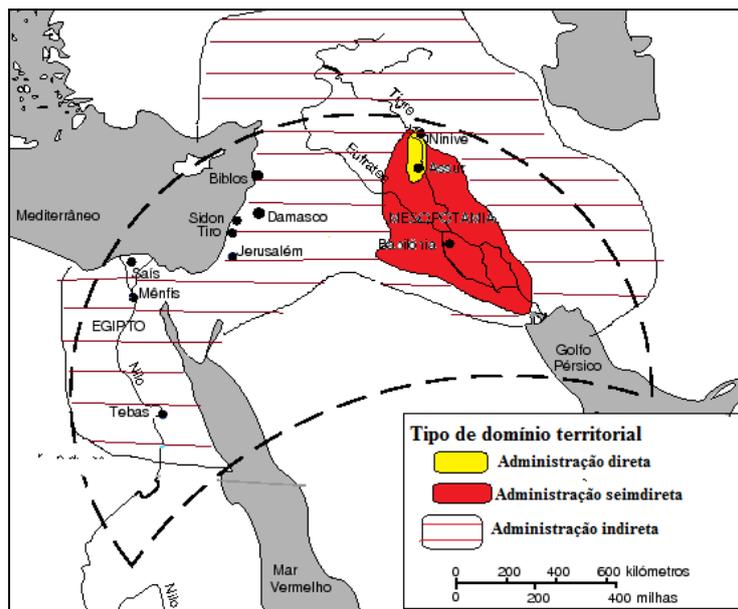
## 2. DOS PRIMEIROS IMPÉRIOS NO CRESCENTE FÉRTIL À DOMINAÇÃO ROMANA

Segundo o historiador Adam Watson (2004), que pesquisou a formação dos primeiros Estados organizados da história humana, a região conhecida na atualidade como Oriente Médio na Antiguidade foi o berço de grandes civilizações que deram origem aos primeiros grandes impérios. Por apresentar uma fertilidade que facilitou o desenvolvimento da agricultura esta região ficou denominada como Crescente Fértil. Watson (2004, p. 42, grifo nosso) assim a descreveu:

As cidades sumérias (...) eram agrupadas em torno do vértice do que agora chamamos o Golfo Pérsico, onde o Tigre e o Eufrates desembocavam no mar. Elas situavam-se na extremidade oriental do **crescente fértil**, que era mais fértil naquela época do que agora e que se estende para o norte através da Palestina e da **Síria**, então volta-se para o sul novamente, através da Palestina e em direção ao Egito.

Na área central dessa região se desenvolveu o império da Assíria, primeiro grande Estado imperial do Oriente Próximo, a partir de 1.100 a 600 a.C. Os assírios se tornaram uma potência por volta de 1.400 a.C (Watson, 2004). Segundo François Massoulié (1994), os nacionalistas sírios da primeira metade do século XX, que idealizavam um Estado sírio independente, advogavam que o território precursor da Síria seria aquele desde antigo império (ver figura 1).

O padrão de dominação espacial dos assírios, e, por conseguinte, de territorialidade no sentido de criação de territórios a partir de ações com intenção de domínio, assim como de outros povos da antiguidade, consistia em uma administração indireta. Na prática, eles não exerciam a autoridade direta sobre a totalidade dos povos conquistados. Nesse sentido, Watson (2004) explica que os assírios tinham uma área central de administração direta em torno das cidades de Nínive e Assur; um domínio semi-direto sobre os reinos vizinhos da Babilônia e da Suméria; e por fim, um controle indireto das regiões mais externas, como o reino de Judá, que se constituíam em Estados autônomos, mas que deveriam pagar tributos regulares à Assíria (figura 1).



**Figura 1** – Mapa: Império Assírio – Domínio territorial  
**Fonte:** elaborado pelos autores, com base em Watson (2004).

Dessa forma, os limites entre as unidades políticas não eram determinados em termos absolutos nesse período histórico:

Os atlas históricos que pintam os impérios do mundo antigo de uma cor uniforme são enganadores. Os impérios antigos não tinham fronteiras claramente delimitadas. Suas atividades e sua autoridade eram radiais, mais que territoriais, e disseminavam-se ao longo de linhas de penetração. O comércio (...), o poder militar e as comunicações diplomáticas, eram difundidos ao longo de rotas específicas. (...) os governantes de Estados subordinados [à Assíria] como a Babilônia e o Egito ainda eram suficientemente autônomos na prática (...). (WATSON, 2004, p. 60, acréscimos nossos).

Outro fator que influenciou a evolução desse império em termos de domínio territorial era a característica de que o seu núcleo territorial central não possui fronteiras naturais, deixando-o vulnerável às pressões de povos inimigos. Tal questão foi resolvida com o desenvolvimento de uma forte estrutura militar. Assim, o controle territorial era sustentado grandemente com base na capacidade militar. A Assíria tinha um dos exércitos mais bem preparados e violentos desse período (Watson, 2004).

Por sua vez, o império persa, que sucedeu o assírio no domínio da região em estudo, apresentou o mesmo padrão de controle territorial e de territorialidade (mais radial do que territorialmente efetivo), mas com uma diferença fundamental: o seu núcleo original e central do império (que hoje corresponde em grande parte ao Irã), o planalto iraniano, ficava protegido por barreiras naturais (terreno bem mais montanhoso e de difícil penetração), fato que determinou uma maior homogeneidade ao povo persa até a atualidade: a língua própria, a manutenção do credo xiita ante o predomínio do sunismo

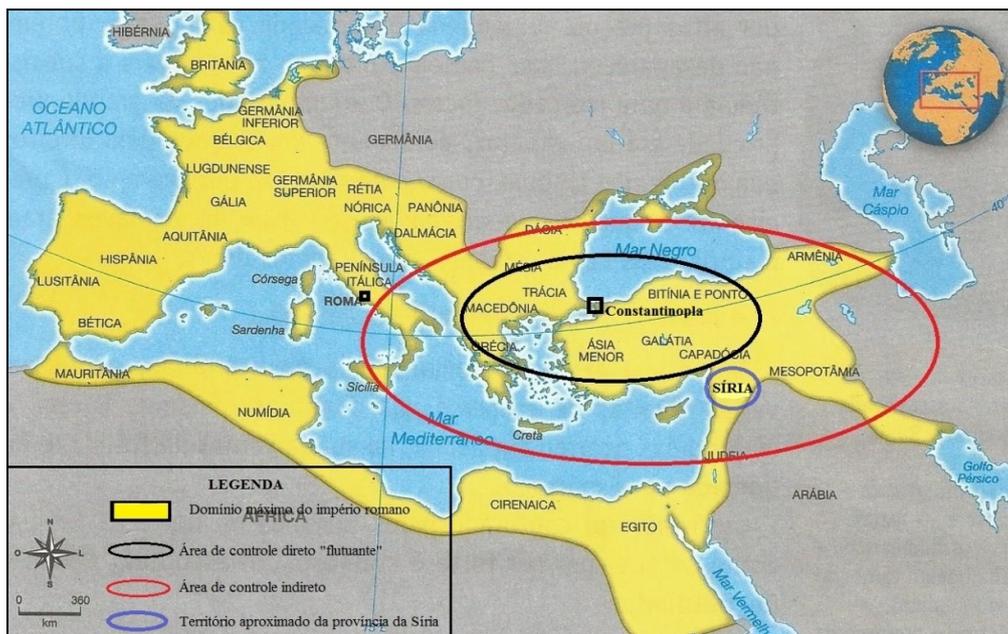
no resto da região, etc.; e no campo geopolítico, proporcionou uma maior segurança frente a inimigos fortes como os romanos e otomanos.

Por fim, após a sucessão desses impérios regionais, o Oriente Médio começou a sofrer com a supremacia de impérios exteriores à região: o macedônio e principalmente o romano. Durante o domínio macedônio, a Síria recebeu muito da cultura helenística e com o império romano, essa herança permaneceu. Como o império romano tinha um padrão de administração indireta, e uma territorialidade mais aberta, com relativa autonomia para as províncias mais distantes como era o caso daquelas localizadas no Oriente Próximo, a Síria conseguiu manter sua identidade semítica, apesar das influências externas constantes, mesmo durante o período bizantino, que tinha Constantinopla como capital, geograficamente bem mais próxima do território sírio (Watson, 2004; Cleveland; Bunton, 2009). Tal realidade é retratada por Clevelande Bunton (2009, p. 2):

Yet although the Mediterranean lands of the Middle East were administered as provinces of the Roman Empire, their high culture remained more Hellenic than Latin. With the transfer of the imperial Roman capital to Constantinople in AD 330 and the fall of western Rome a century later, the eastern identity of the empire was solidified. That identity was represented by the Byzantine Empire, which preserved the administrative practices of Rome within the context of Hellenic civilization.

Watson (2004) concorda com Cleveland; Bunton, afirmando ainda que o Império Bizantino adotava uma política de não forçar mudanças bruscas em termos de costumes e leis dos povos conquistados, pois o que importava mais era “a lealdade, não a conformidade”. Quanto ao controle territorial bizantino, o autor esclarece que ele consistia, na prática, no controle direto de Constantinopla sobre uma área central não muito definida em termos de limite (flutuante), que falava grego e era cristão ortodoxo. E havia uma segunda área sob o domínio imperial indireto com governantes indicados de Bizâncio e que “se estendia da **Síria** e do Cáucaso até o Danúbio e a Itália meridional, era composta de povos de muitas raças e línguas” (Watson, 2004, p. 155, grifo nosso). Pode-se afirmar que implantaram uma territorialidade escalonada, com diferentes objetivos e ações perpetradas nos territórios, segundo a posição respeito da área central. O mapa (figura 2) a seguir mostra o fenômeno territorial em questão.

Para concluir, a territorialidade durante o império assírio, se efetiva perante a força militar enquanto no domínio romano, o controle e a influência sobre o espaço se deram na combinação da força militar e uma abertura para uma pseudo-independência cultural e administrativa. Essa última territorialidade, ou expressão territorial de poder, iria sofrer uma profunda modificação com o surgimento da religião islâmica.



**Figura 2** - Mapa: Domínio territorial do Império Bizantino  
**Fonte:** elaborado pelos autores, baseado em Watson (2004).

### 3. PERÍODO ISLÂMICO E A CONSTRUÇÃO DA TERRITORIALIDADE MULÇUMANA (610 A 1918)

A religião islâmica<sup>3</sup> surgiu no século VI d.C., e iria determinar os destinos dos povos em questão até os dias atuais em praticamente todos os sentidos: religioso, cultural, político e conseqüentemente também em termos territoriais. A análise da ascensão do império árabe-mulçumano, que iria dominar todo o Oriente Médio e norte da África, faz-se fundamental, portanto, para compreender a evolução territorial não só da Síria, mas de todo o Oriente Médio.

O historiador libanês-britânico Albert Hourani (2005), especialista em história do Oriente Médio, ressalta que a religião islâmica é um dos pontos fundamentais para definir o que seria a “nação árabe”. Além dela, os árabes também indicariam o idioma árabe, a descendência a partir das tribos nômades da Arábia e a referência ao processo histórico de expansão do império mulçumano.

A expansão territorial era incentivada pela religião, que pregava a expansão da fé do Islã para conquistar e converter os povos infiéis. Isso implicava a administração de um território cada vez maior. Como explica Cleveland & Bunton (2009, p. 2, grifo nosso), “The absorption of new ideas and techniques continued with the Roman conquest and the consolidation of Rome’s efficient administrative practices in Egypt, Palestine, **Syria**, and Anatolia during the first century BC.” Ou seja, os árabes absorveram um conhecimento

<sup>3</sup> Religião monoteísta, cujo deus é Alá e o seu livro sagrado é o Alcorão. Foi fundada por Maomé, considerado o profeta de Alá e seu representante na Terra. Os seus principais locais sagrados são Meca e Medina, atualmente localizadas na Arábia Saudita, e de onde Maomé iniciou a sua pregação (CORREIA, 2015).

acumulado por meio da experiência de longos anos de sucessivos domínios na região do Oriente Médio. Particularmente, no caso da Síria, como já mencionado, ela sempre funcionou como um centro de interação entre diversos reinos e povos, daí porque Damasco passaria a ser uma das principais cidades do império islâmico.

Neste contexto da formação cultural islâmica, acrescenta-se também o surgimento da territorialidade islâmica, ou a forma de expansão e controle do território por parte dessa civilização. Conforme as ideias de Sack (2013) e Mesquita (1985), é pertinente acrescentar a contribuição do geógrafo francês Philippe Pinchemel (1988), que observou a existência de uma grande variedade de noções de território e de territorialidade, no tempo e nas diversas culturas e sociedades, pois são os valores territoriais que determinam as características do território que certo grupo étnico vive. Assim, ele esclarece as características da territorialidade islâmica:

Ela repousa sobre o princípio da terra do Islam (*dar al Islam*), território que não é delimitado a não ser pela terra da guerra (*dar al llarb*), terra dos infiéis. **As divisões e fronteiras no interior da terra islâmica eram desconhecidas, ou melhor inconcebíveis. Os limites internos foram introduzidos a seguir mas eles não têm os valores separatistas das fronteiras do pensamento ocidental, e a territorialidade do Estado, no caso, é idealmente subordinada ao fato religioso.** As associações sucessivas de Estados Islâmicos projetadas, propostas ou realizadas durante períodos de duração variável, testemunham isso. Além do fator religioso essencial, se atribui os caracteres originais da territorialidade islâmica à associação ao deserto, ao nomadismo e a uma urbanização sem contrapartida agrícola, sem assentamento rural extensivo (Pinchemel, 1988, p.407, grifo nosso).

A organização político-espacial dos mulçumanos era centrada na liderança do Califa sobre uma base territorial - o califado<sup>4</sup>. De acordo com André Nunes (2015), a história dos califados pode ser separada em quatro períodos: o primeiro de 632 a 661 sob a autoridade dos “bem-guiados”, aqueles que eram da família de Maomé ou próximo a ele; o segundo de 661 a 750 sob o governo do Império Omíada que estendeu o domínio islâmico ao norte da África, até o sul da Espanha, e na Ásia, até o Paquistão; o terceiro o Império Abássida de 750 a 1258; e o quarto e último, o Otomano de 1281 a 1924, quando o califado foi abolido após a derrota dos otomanos na 1ª guerra mundial, por Mustafa Kemal Atatürk, o fundador da Turquia moderna e secular.

Várias cidades foram capitais desse império, entre elas Damasco, que passaria a ser uma das mais importantes, rivalizando com Meca, Bagdá e Cairo, a hegemonia no mundo islâmico. Durante o império dos califas omíadas, o centro de poder passou da Arábia para Damasco, na Síria, e depois para Bagdá, no Iraque, sob os abássidas.

---

<sup>4</sup> “Califado” seria um Estado islâmico governado por um líder político-religioso supremo, o califa ou sucessor do profeta Maomé. O termo também é usado para se referir ao reinado de um determinado califa (NAPOLEONI, 2015).

Apesar das rivalidades entre os califados, a unidade social e cultural que se desenvolvera em seu interior permaneceu (Hourani, 2007).

No século XVI, os otomanos - ancestrais dos turcos modernos que habitavam a Ásia central e que haviam se convertido ao islamismo - reunificam sob sua liderança o mundo mulçumano sunita, com exceção da Pérsia (xiita). Para Paul Kennedy (1989) o apogeu desse império se deu durante a Idade Média, e assim como o império chinês, até o século XVI esteve à frente dos europeus em várias áreas, principalmente no militar. Além de disso, eles “tinham estabelecido uma unidade de religião, cultura e língua oficiais numa área maior do que o Império Romano, e sobre um vasto número de povos sujeitos.” (KENNEDY, 1989, p. 20). Tendo sua capital em Istambul, o império otomano conseguiu manter o domínio sobre esse vasto espaço por meio de uma administração descentralizada e que não interferia nos assuntos locais (Lewis, 1996). Essa foi a dinâmica de domínio espacial que o historiador Massoulié denominou de “solução otomana” e a descreveu assim:

O sultão turco, um estrangeiro no Oriente Médio árabe, deriva sua legitimidade unicamente de sua capacidade de lutar contra os xiitas e as potências cristãs, de defender os lugares santos e de organizar a peregrinação. A ideia de “nacionalidade”, que pressupõe uma relativa homogeneidade da população, permanece totalmente estranha a filosofia política otomana. (MASSOULIÉ, 1994, p. 13).

Nessa lógica de poder e de efetivação de ações no território, as fronteiras não eram demarcadas rigidamente entre os diversos povos que habitavam o Oriente Médio, segundo a lógica da territorialidade islâmica. Assim como na antiguidade, as dinâmicas locais – como o sistema tribal, por exemplo - não sofriam uma interferência direta do governo central de Istambul. Patriarcas gregos ortodoxos e rabinos judeus tornavam-se personagens oficiais do império, investidos de um amplo direito de jurisdição em suas respectivas comunidades. Os sultões mulçumanos também concediam vantagens aos governos europeus para implantarem pontos de comércio no interior dos limites imperiais, além de poderem proteger as comunidades cristãs no Oriente. Essa política ficou conhecida como “as Capitulações”.

Contudo, essa política contribuiu, com o passar do tempo, para o próprio declínio do império otomano, pois à medida que os Estados europeus se desenvolviam econômica e militarmente, aumentavam a sua influência sobre os diferentes povos existentes no amplo espaço imperial. Tal processo ocorreu a partir do século XVII, de maneira semelhante ao que aconteceu com o império chinês. No século XVIII, a maioria das regiões mais remotas

do império, como o norte da África e partes do Oriente Médio, já não estavam de maneira efetiva no controle do governo turco (Hobsbawm, 1988).

A certo ponto, os europeus negociavam diretamente com as autoridades locais sem passar por Istambul. Esses acordos iam minando a unidade otomana e a insuflar os grupos étnicos de cada região. Em 1853, por exemplo, foi assinado um tratado entre a Inglaterra e alguns emirados do golfo pérsico para acabar com os ataques piratas na região. Em 1903, o vice-lorde britânico Curzon, em visita à região, explicou aos emires (autoridades locais) a natureza do acordo: tratava-se de defender “o nosso comércio, assim como a vossa segurança.” (Massoulié, 1994, p. 15). Ao aprofundar essa ingerência, os europeus começaram a impor o conceito de fronteiras rígidas no Oriente Médio, para separar os protegidos dos não-protegidos, causando uma crescente instabilidade política e militar na região. Adicionalmente, como ressalta Kennedy (1989), o imperialismo otomano, ao contrário dos europeus, não foi economicamente muito proveitoso e, semelhante ao chinês, não soube aproveitar os avanços científicos e comerciais de outros povos. Esses são alguns degraus intermediários no processo de substituição da territorialidade otomana pela europeia.

Existia também a questão cultural por trás do crescente avanço europeu sobre outros continentes. Segundo o pesquisador pós-colonial Edward Said (1990), se construiu no Ocidente uma ideia distorcida sobre o que seria o Oriente. Os europeus encaravam as suas ações imperialistas como uma espécie de missão civilizatória sobre aqueles povos “orientais” que eram tidos como incapazes de se auto governarem. Said cita como exemplo emblemático dessa forma de pensar do europeu em relação aos orientais, o discurso do então primeiro-ministro do Reino Unido Arthur James Balfour em 1910 na parlamento britânico. Na ocasião, ele defendeu a necessidade da presença inglesa no Egito e em outras nações orientais:

Antes de mais nada, considerem os fatos da questão. Assim que surgem para a história, as nações ocidentais demonstram aquelas capacidades incipientes para o autogoverno [...] tendo méritos próprios. [...] Pode-se olhar para o conjunto da história dos orientais no que é chamado, falando de maneira geral, de Leste, sem nunca encontrar traços de autogoverno. (...) Esse é o fato. Não é uma questão de superioridade ou de inferioridade.

É uma boa coisa para essas grandes nações - admito a grandeza delas - que esse governo absoluto seja exercido por nós? Acho que é uma boa coisa. (...) Estamos no Egito não apenas pelo bem do Egito, apesar de estarmos lá para o bem deles; estamos lá também para o bem da Europa em geral (BALFOUR *apud* SAID, 1990, p. 43).

No início do século XX, a “solução otomana” entra em colapso com a I Guerra Mundial. Como o governo turco entrou na guerra ao lado da Alemanha, as potências

aliadas anti-germânicas, principalmente França e Inglaterra, incentivaram revoltas nas províncias árabes contra o governo imperial otomano, inclusive na região da Síria atual, onde ainda havia um domínio mais direto de Istambul (HOBSBAWM, 1988). Esse apoio local aos britânicos e franceses se deu, sobretudo, com a promessa de uma futura implementação de Estados independentes na região. Algo que não seria cumprido com o fim do conflito. Em parte, por razões estratégicas, mas também ideológicas.

#### **4. O PERÍODO DE DOMÍNIO EUROPEU: IMPLANTAÇÃO DO MODELO TERRITORIAL VESTIFALIANO (1918 A 1946)**

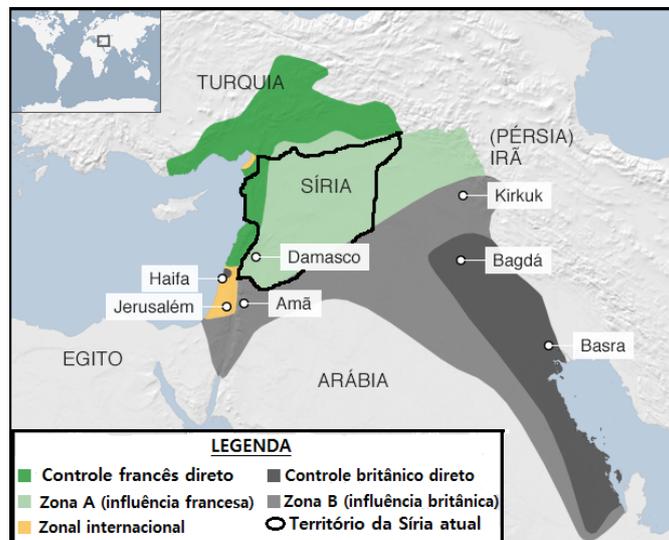
O governo britânico tinha negociado, durante o decorrer da I guerra mundial, com o líder Hussein, importante autoridade otomana e tido como descendente de Maomé, o apoio dos árabes contra os exércitos otomano e alemão, em troca do apoio inglês a criação de um futuro “Estado Árabe” independente, que incluiria a Arábia, a Síria, parte do Iraque e possivelmente a Palestina (Cleveland; Bunton, 2009). O governo dessas províncias ficaria a cargo do próprio Hussein e de seus filhos. Entre esses, estava Amir Faisal, que seria o governante da Síria, território onde contribuiu na luta contra os otomanos com o apoio das lideranças locais.

Entretanto, a lógica geopolítica prevaleceu nas negociações entre as potências aliadas. Inglaterra e França negociaram um tratado secreto, finalizado em maio de 1916 e conhecido como o “Acordo Sykes-Picot” (ver figura 3) que:

Reconhecia as reivindicações francesas de longa data para a Síria, atribuindo a França uma grande zona de "controle direto" que se estende ao longo da costa síria do sul do Líbano até a Anatólia. Além disso, a França recebeu uma esfera de influência indireta exclusiva no interior da Síria. A posição britânica no Iraque foi igualmente garantida; A Grã-Bretanha ganhou o direito de exercer "controle direto" sobre a parte sul da Mesopotâmia e foi-lhe concedida uma enorme zona de influência indireta exclusiva que se estende de Gaza a Kirkuk. (...) Nos termos do acordo, a Palestina seria colocada sob administração internacional (Cleveland; Bunton, 2009, p.163, tradução nossa).

Ao final da guerra, enquanto os aliados se reuniam em Paris para resolver seus interesses conflitantes, Amir Faisal estava formando um governo árabe em Damasco. Todas as correntes do passado otomano e as visões conflitantes do futuro árabe se uniram à administração de Faisal. Assim, as lideranças locais se organizaram e formaram o Congresso Geral Sírio e elaboraram um plano de independência e a formação de um governo monárquico constitucional, tendo Faisal como rei. A ideia da criação de uma “Grande Síria”, inspirada num crescente sentimento nacionalista, se baseava na crença de que ela seria a sucessora natural do antigo império da Assíria. Nesse intuito, o

Congresso Geral Sírio, reunido em 1919 redigiu uma resolução encaminhada ao governo norte-americano em que pedia apoio a reivindicação de sua independência (Massoulié, 1994).



**Figura 3** - Mapa do acordo Sykes-Picot - A Síria ficou sob influência francesa  
**Fonte:** Elaborado pelos autores, baseado em Moniz Bandeira (2013, p. 245).

Em síntese, tal documento continha as seguintes proposições: plena independência política da Síria na delimitação geográfica correspondente ao mostrado no mapa a seguir (figura 4); implantação de um governo na Síria na forma de uma monarquia constitucional baseada em princípios democráticos; e a condenação aos tratados secretos sobre o desmembramento da Síria, especialmente da Palestina ou da região costeira do oeste do Líbano.



**Figura 4** – Mapa da Grande Síria: delimitação geográfica do território reivindicado pelos nacionalistas sírios em 1919. **Fonte:** Elaborado pelos autores, com base no documento “Resoluções do Congresso Geral Sírio”, de 2 de julho de 1919 (Massoulié, 1994).

Mas, segundo Cleveland; Bunton (2009), a França, seguindo o Acordo Sykes-Picot, não aceitou a independência total da Síria e interviu militarmente, ocupando Damasco e obrigando Amir Faisal a se exilar no exterior. Em 1919, a recém-criada Liga das Nações (considerada a predecessora da Organização das Nações Unidas), determinou a divisão das ex-províncias otomanas árabes em novos Estados e os concedeu à Grã-Bretanha e à França como seus “mandatos” (ver figura 5). De acordo com a linguagem da organização, mandatos seriam territórios que “eram habitados por povos que ainda não conseguiam viver sob as condições extenuantes do mundo moderno”. Portanto, ser colocado sob a tutela das “nações avançadas”, os ajudariam “até o momento em que pudessem viver sozinhos” (Cleveland; Bunton, 2009, p.172, tradução nossa).



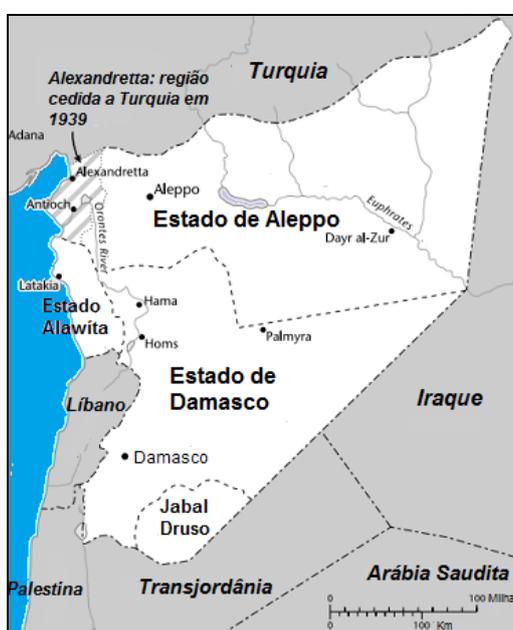
**Figura 5** – Mapa: Os mandatos da Liga das Nações e as zonas de influências no Oriente Médio  
**Fonte:** Cleveland; Bunton, 2009, p. 168 (com adaptações).

A responsabilidade de franceses e britânicos era para preparar essas regiões para um futuro autogoverno. Mas, na prática, agiam pensando em suas políticas geoestratégicas. A estratégia principal para exercer o domínio político-territorial era reforçar os particularismos, gerando divisões que minariam a construção de um sentimento de unidade e nacionalidade (Cleveland; Bunton, 2009). Nesse aspecto, a ação

da França na Síria é reveladora. A criação do “Grande Líbano” em 1920 favorece a minoria cristã libanesa apoiada pelos franceses, ao mesmo tempo que prejudica o acesso sírio ao mar Mediterrâneo e diminui a quantidade de terras cultiváveis para os sírios (ver mapa 6). Além disso:

O mandato francês divide a Síria criando quatro “Estados”: o dos Aluaítas, o Djebel druso, o de Aleppo e o de Damasco. Concedendo autonomia às comunidades drusa e alauíta, a França contribui para “deslegitimar” ainda mais o Estado que ela deveria ajudar a construir. Sobretudo, favorece o ressurgimento do problema das minorias: dali em diante estas seriam arrastadas pela lógica de confronto para o controle político de um território ou do Estado. Assim, em 1924, encorajados pela França, os dirigentes alauítas deixam a federação síria e proclamam um estado independente. Embora tenham retornado mais tarde ao seio da nação síria, a atitude dos alauítas reaviva as antigas desconfianças que a maioria dos muçulmanos nutria por eles.” (Massoulié, 1994, p. 40)

Em 1924, a França introduziu um novo arranjo político juntando os estados de Damasco e Aleppo em uma única unidade territorial chamada “Estado da Síria”. Além de Damasco e Aleppo, o Estado reconstituído da Síria compreendeu as cidades de Homs e Hama, dois grandes centros urbanos. A vida social e política nestas quatro cidades era dominada por comerciantes e latifundiários muçulmanos sunitas. Com efeito, a França isolou os drusos e os alauítas da vida política e garantiu que o poder político seria dominado por uma elite conservadora de sunitas urbanos. A instabilidade política que veio caracterizar a Síria após a independência, em 1946, deve ser entendida, em grande parte, pela fragmentação praticada pelas autoridades francesas (Cleveland; Bunton, 2009) que gerou uma territorialidade de ações de poder e dividiu a diversidade religiosa existente.



**Figura 6** - Mapa da divisão da Síria sob o mandato francês.  
**Fonte:** Cleveland; Bunton, 2009, p. 221 (com adaptações).

Neste contexto, o desenvolvimento dos regimes nazi-fascistas na Europa, inspira o nascimento de grupos políticos de natureza ideológica autoritária e nacionalista. Na Síria, este movimento viria a constituir mais tarde o Partido Baath (Lewis, 1996) e o Partido Nacionalista Sírio (Massoulié, 1994). Esses grupos floresceram também pela repressão francesa e pela falta de abertura política, o que dificultava a formação de uma classe política moderada e estável. Adicionalmente, não havia uma progressiva transferência de responsabilidades administrativas que poderiam garantir um bom autogoverno num eventual Estado independente.

Com a chegada da II Guerra Mundial e a invasão da França em 1941, o governo exilado do general De Gaulle se compromete em encaminhar a independência da Síria e do Líbano, embora os franceses só fossem reconhecer a independência total de ambos os Estados em 1946.

Em síntese, o período entre guerras se caracterizou pela política francesa do “dividir para reinar”, implantando instituições político-territoriais estranhas à região, anteriormente organizada por séculos de territorialidade islâmica. A ordem otomana de administração indireta e de não interferências sectárias fora destruída com a separação forçada das diversas comunidades por meio da implantação de fronteiras rígidas, gerando a fragmentação espacial e a instabilidade política e social. Esse modelo de domínio territorial de matriz europeia foi denominado de “vestifaliano” por Hinnebusch (2018). Nesse quadro que se processou a independência e o início da vida soberana síria.

## **5. PERÍODO INDEPENDENTE: A TENTATIVA DE CONSTRUÇÃO DE UM ESTADO NACIONAL SEGUNDO O MODELO VESTIFALIANO (1948-2011)**

Há um consenso entre os historiadores de que a “solução francesa” não produziu na Síria as condições ideais para a constituição de um Estado-nação social e politicamente estável, pois suas ações foram no sentido de enfraquecer a unidade nacional e não o contrário, consequência do modelo de domínio territorial vestifaliano (Hinnebusch, 2018). Dessa forma, a história da Síria independente é marcada pela instabilidade política, social e territorial. Tal situação produziu os fatores que desencadearam a atual guerra civil.

No Oriente Médio em geral, com algumas raras exceções, a democracia não floresceu, por falta de tradição e porque a interferência europeia não gerou esses frutos. Assim, a instabilidade política e o autoritarismo foram se constituindo como a alternativa mais viável para a maioria dos Estados recém-criados na região. Adicionalmente, a questão de Israel aparecerá como um complicador neste contexto já conturbado. O

primeiro governo da Síria independente tinha sido eleito e logo teve que enfrentar a crise causada pela criação do Estado de Israel em 1947-48. Vários países árabes não aceitaram o novo país, o que leva à primeira de uma série de guerras árabe-israelenses. A derrota para Israel abalou o regime parlamentar democrático sírio, abrindo caminho para o primeiro de vários golpes de Estado. Segundo o historiador Bernard Lewis:

O fracasso das forças combinadas para impedir o nascimento de Israel inspirou um profundo exame de consciência nos países árabes e, dentro de alguns anos, a substituição violenta de governantes e, às vezes, de regimes considerados como responsáveis pela situação. O primeiro regime a cair foi o da Síria, onde, em março de 1949, o coronel Husni Zaim, em um golpe incruento **[com o possível apoio da CIA]**<sup>5</sup>, extinguiu a ordem presidencial e parlamentar e iniciou uma série de *coups d'état*. O período de governo do exército terminou em 1954 com o restabelecimento de um regime parlamentar e a realização de eleições. A restauração, no entanto, durou pouco. Entre 1958 e 1961, a Síria fez parte da República Árabe Unida. Após a secessão, o país evoluiu rapidamente para a ditadura do partido Baath. (Lewis, 1996, p. 327, acréscimo nosso).

Em 1967, Israel ocupa o território sírio denominado “Colinas de Golã”, e o sonho da Grande Síria torna-se mais distante. Geopoliticamente, além de a Síria ter tido o seu território reduzido, ela viu o seu principal inimigo regional ocupar uma região militarmente estratégica por sua altitude, que lhe permite a vigilância sobre o território dos países vizinhos e com importantes fontes de água, algo fundamental numa região semidesértica (ver os mapas 7, 8 e 9). Em 1973, a Síria tentou uma ação militar para retomar essa região, mas não teve sucesso.

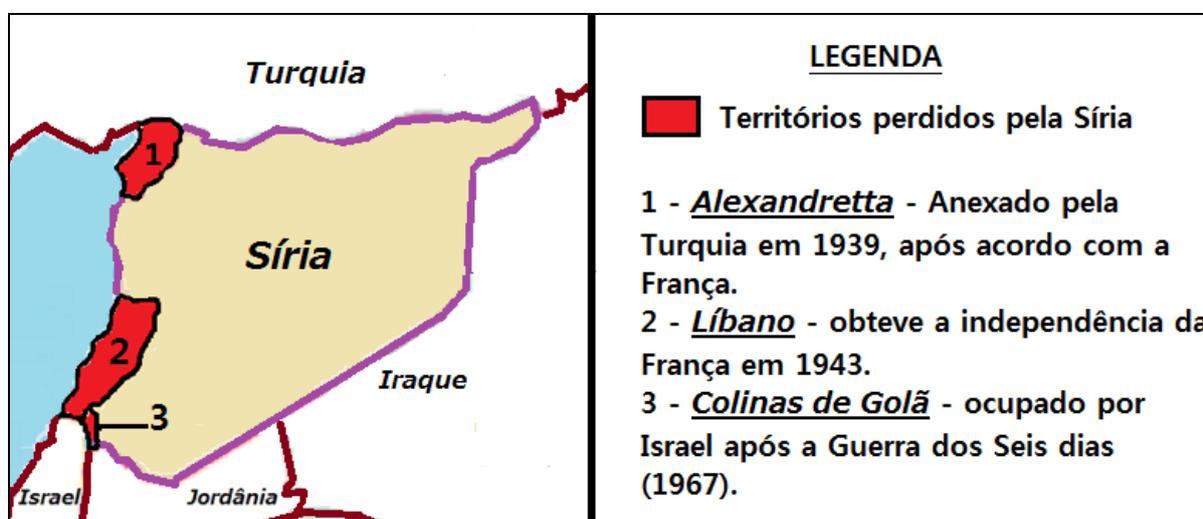
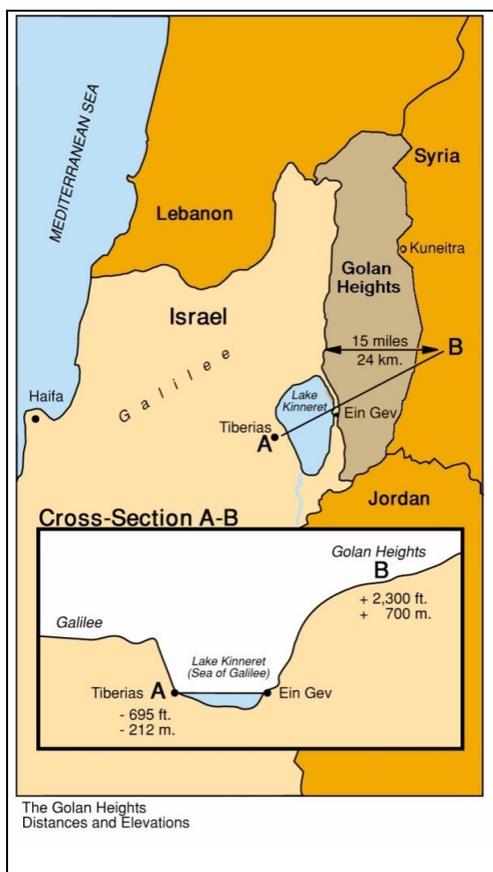


Figura 7 - Mapa: Principais perdas territoriais da Síria. Fonte: Elaborado pelos autores, com base em Lewis (1996) e Cleveland; Bunton (2009).

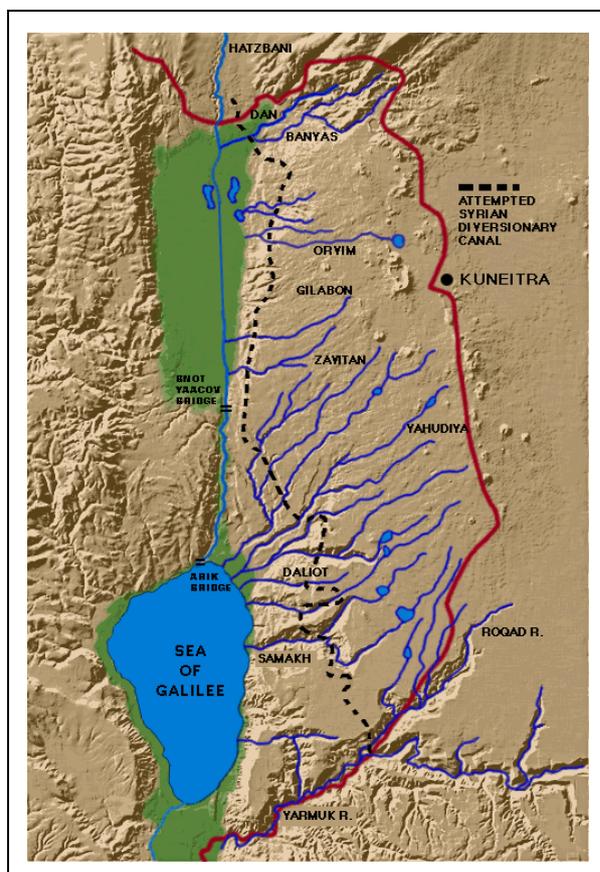
<sup>5</sup> Little, 1990.

O partido Baath se desenvolveu no contexto da Guerra Fria sob inspiração do socialismo soviético combinado com o nacionalismo árabe. Ao longo da década de 1960 a tendência autoritária e militarista prevaleceu, alimentada pelos confrontos com Israel e pela busca do ideal da Grande Síria, culminando com a ascensão do general alauíta Hafez al-Assad ao poder em 1970.



**Figura 8** - Mapa: Região das Colinas de Golã: região estratégica pela sua altitude.

Fonte: ISRAEL, 1991.



**Figura 9** - Mapa: Hidrografia na região de Golã: uma fonte de água fundamental

Fonte: ISRAEL, 1991.

Assim, acaba a predominância da elite sunita no poder sírio, que vinha desde a época do império otomano. Assad era de origem alauíta, comunidade xiita e essencialmente rural e pobre (Cleveland; Bunton, 2009). Esse segmento começou a ascender no contexto nacional sírio em contraposição à tradicional elite comerciante urbana que dominava o cenário político e econômico. A carreira militar e a militância no partido Baath foram as estratégias iniciais para se firmarem no poder. Cleveland; Bunton (2009, p. 398, tradução nossa) esclarecem a origem de Assad:

Al-Assad nasceu em 1930 na empobrecida e isolada região Noroeste da Síria. Os Alawitas constituíam uma seita shiita cujas crenças e rituais divergiam muito do islamismo tradicional, tanto que os membros do establishment sunita ocasionalmente se referiam a eles como infiéis. (...) os alauítas possuíam antigas tradições de autonomia e alienação do resto da sociedade síria. Al-Assad estava determinado a romper o isolamento e a pobreza que caracterizaram sua comunidade.

Dessa forma, Assad estruturou um regime autoritário, baseado no favorecimento de sua comunidade de origem e principalmente de sua família:

Al-Assad tentou assegurar a lealdade a seu regime nomeando parentes e aliados confiáveis para os cargos principais da hierarquia do governo. Nesse sentido, o triunfo pessoal de Assad na obtenção da presidência foi também uma vitória Alauíta. Os oficiais alauítas foram promovidos aos mais proeminentes postos militares e das agências de segurança, dando-lhes uma participação no preservação do regime. Além disso, membros da família de Al-Assad foram colocados a cargo de uma série de forças especiais fora de estrutura militar regular. A mais notável destas foi uma guarda pretoriana de elite, conhecida como "Companhias de Defesa", comandada pelo irmão mais novo do presidente, Rifat. O regime tomou uma coloração distintamente alauíta que era vista com suspeita aos olhos da maioria sunita (Cleveland; Bunton, 2009, p. 401, tradução nossa).

Além disso, duas outras características do regime fez aumentar a oposição da maioria sunita: a aproximação no exterior com os segmentos xiitas como o grupo paramilitar libanês Hezbollah e o regime teocrático xiita iraniano, o que levou à intervenção na guerra civil do Líbano; e o caráter secular que Assad tentava impor ao país, o que ia contra a ortodoxia islâmica sunita. Essa oposição era constituída, então, pela antiga classe sunita comerciante e conservadora, e por parte da classe média urbana contrária ao segmento rural. Formaram-se grupos contrários ao governo, entre eles a Irmandade Muçumana. Geograficamente, ela era concentrada nas antigas cidades comerciais - Aleppo, Homs e Hama - e era liderada por jovens militantes da Irmandade Muçulmana (Cleveland; Bunton, 2009).

Essa militância, que praticava inclusive atos terroristas violentos contra o regime, levou a um endurecimento do governo de Assad, que aumentou gradativamente a repressão aos grupos de oposição, culminando com o massacre de aproximadamente 10 mil pessoas na cidade de Hama em 1982:

As forças de segurança de Al-Asad fizeram centenas de prisões, mas a violência continuou espalhar. Em 1980, a Frente Islâmica destruiu instalações governamentais em Damasco, e o movimento de protesto começou a assumir as características de uma rebelião em grande escala. As forças anti-regime alcançaram sua maior vitória em fevereiro de 1982, quando tomaram o controle de partes da cidade de Hama e convidaram todos os sírios a participar de uma jihad contra o governo. Al-Assad respondeu à rebelião de Hama com brutalidade feroz. Os militares sírios, sob o comando geral de seu irmão mais novo, Rifat Al Assad lançou uma mortal campanha contra a cidade e sua população civil. (...) Quando a

operação militar foi interrompida após duas semanas, o regime de Assad esmagou a rebelião, mas a um custo terrível. Grandes porções da cidade de Hama estava em ruínas, e pelo menos 10.000 de seus habitantes foram mortos, assassinados pelas forças armadas de seu próprio governo. Os eventos em Hama enviaram um alerta coletivo de medo através da sociedade síria. Hafiz Al-Assad tinha emitido uma advertência a outros dissidentes potenciais: seu regime usaria toda a força à sua disposição para permanecer no poder (Cleveland; Bunton, 2009, p. 407, tradução nossa).

Em 2000, com a morte do presidente Hafez al-Assad, ao contrário do que ocorreria num regime presidencialista plenamente democrático, o vice-presidente Abdul Hamid Khadem não assumiu a chefia do governo, e sim o filho de Hafez: Bashar al-Assad. Após uma manobra política do partido Baath, mudando a constituição no tocante a exigência da idade mínima de quarenta anos para um cidadão assumir a presidência, o Parlamento sírio elegeu Bashar como presidente em julho do mesmo ano (Omran, 2014). No poder, ele manteve as linhas gerais de seu pai, inclusive o estado de emergência que dava ao governo o direito de reprimir qualquer oposição ao regime.

A análise histórico-geográfica da Síria, realizada acima, seguindo a proposta de Sloan (2017), nos ajuda a compreender que ao longo do século XX a territorialidade - entendida como uma estratégia de poder territorial - esteve marcada pelas contradições entre o modelo vestifaliano, implantado durante o mandato francês (1918-1945) e o modelo autoritário da família Assad, (1948-2011). As forças profundas que geraram o quadro que culminou na guerra civil a partir de 2011, foram gestadas em grande medida, durante esse processo, e será motivo de análise na próxima seção.

## **6. PERÍODO DA GUERRA CIVIL: CRISE DO MODELO VESTIFALIANO (2011- ATÉ OS DIAS ATUAIS)**

A eclosão de uma série de protestos por democracia, ocorridos no Oriente Médio e Norte da África a partir de 2010, conhecidos pela expressão “Primavera Árabe”, que questionava alguns regimes autoritários do mundo árabe, serviram de inspiração para ativistas desafiarem o regime autoritário de Al-Assad, assim como já o tinham feito no passado. O presidente Assad se recusou a renunciar; porém, fez concessões, encerrando o estado de emergência, que já durava 48 anos, aprovou uma nova Constituição e realizou eleições multipartidárias. No entanto, a oposição continuou combatendo e exigindo sua queda (Furtado, 2014). Esse estado de coisas cada vez mais efervescente e contestador acabou evoluindo para a guerra civil.

O autoritarismo da família Assad, que se implantou como forma de fixação no poder e teve rebatimento territorial, explica apenas uma parte da guerra civil. Como já apontado

anteriormente, a Síria é um país criado a partir dos interesses coloniais britânicos e franceses, que praticavam a política do “dividir para reinar”, instigando as rivalidades entre os diversos grupos étnicos e religiosos existentes na região, tentando implantar as bases do modelo de Vestfália (Hinnebusch, 2018). A pesquisadora de Relações internacionais Gabriela Furtado explica tal quadro que levou ao atual conflito:

Os motivos por trás da guerra civil estão enraizados de forma muito profunda em sua história, desde a antiguidade. Na formação do Estado Sírio, independente em 1946, a disputa étnica e religiosa pelo poder esteve sempre em evidência, como consequência da política colonial francesa de enfraquecer a unidade árabe, instaurando pequenas divisões no país, governadas por um grupo que representava a minoria da população, os alauítas, em detrimento da maioria sunita (80% da população), (Furtado, 2014, p. 1).

O modelo de Estado-nação criado pelos europeus e adaptado no Oriente Médio não prosperou e a guerra civil se explica, em parte, desse processo fracassado que começou com a ingerência no império otomano. Em certo grau, o sucesso do poder territorial do Estado islâmico no Iraque e na Síria durante um breve período tem explicação nas contradições entre esse modelo e a forma autocrática dos governos da região. O referido grupo ganhou a admiração de parte do mundo muçumano que sonhava com o retorno dos tempos áureos do Islã. Em seu primeiro discurso como “califa”, Abu Bakr Al-Baghdadi, líder reconhecido do Estado Islâmico até a sua morte em 2019, prometeu “devolver aos muçulmanos ‘a dignidade, o poder, os direitos e a liderança’ do passado (...)” ( Napoleoni, 2013, p. 16). Isso se daria com a implantação de um Califado de acordo com a territorialidade islâmica, já referida nesse texto.

Adicionalmente, a guerra civil síria também deve ser entendida no contexto geopolítico atual. A Síria na época da Guerra Fria esteve ao lado da antiga URSS. Assim, a Rússia, herdeira da URSS, possui bases militares e interesses econômicos que se chocam com os das potências ocidentais. E no plano geopolítico regional, o conflito foi alimentado pela rivalidade entre Irã xiita e as monarquias sunitas do Oriente Médio, principalmente a Arábia Saudita; além da disputa entre Irã e Israel, que resultou em ataques cruzados perpetrados desde diferentes territórios e com alvo principalmente no Líbano e Israel. Após mais de 12 anos de conflitos entre as forças de oposição e o exército oficial sírio, ainda permanecem questões a serem resolvidas. Entre as consequências mais visíveis seriam a fragmentação parcial do país (o governo efetivamente ainda não controla todo o território nacional), que já tinha uma unidade frágil. Nas palavras da analista internacional argentina Claudia Cinatti (2015) “A Síria se transformou em um país invivível, com uma economia colapsada e à beira da

desintegração”. E, por fim, a denominada crise migratória, em que quase metade da população já foi deslocada espacialmente, o que tem gerado grandes transformações demográficas e territoriais, situação que afeta diretamente outros países, não só do Oriente Médio, mas de outros continentes.

## **7. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Ao analisar a evolução histórica da Síria, e de outros países como o Iraque e a Líbia, percebe-se que a territorialidade árabe, desenvolvida ao longo de séculos, fora abruptamente interrompida com o colapso do império otomano e a implantação da lógica territorial europeia, chamada de modelo vestifaliano. Este processo de desenvolvimento de uma nova territorialidade paulatinamente remodelou o espaço geográfico do Oriente Médio e implantou uma forma de domínio territorial que se superpõe às peculiaridades históricas e locais. Daí a importância de estudar o território levando-se em consideração o processo histórico que o criou, como sugere Sloan (2017). A ação imperialista na Síria, principalmente a francesa, assim como as ações autocráticas da família Assad resultaram numa quase completa fragmentação do espaço, para usar o termo de Andrade (1988) e numa redistribuição de elementos culturais e religiosos que enfatizaram essa fragmentação. Pode-se entender, então, porque a atual situação síria é tão complexa; o território sírio é fruto de um processo histórico que resultou no atual quadro geopolítico e territorial.

O espaço geográfico se encontra hoje profundamente transformado e o conflito remodelou a paisagem das cidades. De fato, as rugosidades criadas pela guerra estarão presentes por um longo período, mesmo após o fim do conflito.

Em termos metodológicos, percebe-se a importância da narrativa analítica que nos permitiu expor e explicar as diferentes temporalidades da formação territorial síria, e os elementos substanciais da análise, bem como os atores e contextos mais relevantes. Assim, construímos uma geopolítica integradora de disciplinas como a História e a Geografia para entendermos o atual conflito na Síria. Ressaltamos a importância do estudo das forças profundas da História para a ciência geográfica e para a própria geopolítica, como já referendado por diversos autores (Haggman, 1998; Cohen, 2009; Sloan, 2017; e Hinnebusch, 2018).

Por último, a Geografia e a História juntas nos permitiram focar no território e nas suas mudanças, bem como nos processos que o alimentam e modificam e que constroem a territorialidade. Elas juntos criam as condições de conhecimento para fazer análises

geopolíticas que transbordam campos como as Relações Internacionais e a Ciência Política, que a despeito de serem fundamentais, muitas vezes negligenciam a agência do território como elemento analítico.

## REFERÊNCIAS

ANDRADE, M. C. **Imperialismo e fragmentação do espaço**. São Paulo: Contexto, 1988. 94p.

CASTRO, M. F. **Política e relações internacionais: fundamentos clássicos**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2005. 188p.

CINATTI, C. **Os Estados Unidos, o Estado Islâmico e a crise dos refugiados**. 2015. Disponível em: <https://www.esquerdadiario.com.br/Os-Estados-Unidos-o-Estado-Islamico-e-a-crise-dos-refugiados>. Acesso em: 01 fev. 2023.

CLEVELAND, W. L.; BUNTON, M. **A History of the Modern Middle East**. Boulder: Westview Press, 2009. 618p.

COHEN, S. B. **Geopolitics**. The Geography of International Relations. Lanham: Rowman and Littlefield Publishers, Inc., 2009. 491p.

CORREIA, A. S. R.; ISIDÓRIO, M. S. **Cosmovisão das Religiões: Islamismo**. Montes Claros: Editora Unimontes, 2015. 88p.

FURTADO, G.; RODER, H.; AGUILAR, S. L. C. A guerra civil síria, o Oriente Médio e o sistema internacional. **Série Conflitos Internacionais**, v. 1, n. 6, p. 1-6, 2014.

GOTTMANN, J. **The Significance of Territory**. Charlottesville: University of Virginia Press, 1973. 169p.

HAGGMAN, B. Rudolf Kjellen and Modern Swedish Geopolitics. **Geopolitics**, v. 3, n. 2, p. 99-112, 1998.

HINNEBUSCH, R. From Westphalian Failure to Heterarchic Governance in MENA: The Case of Syria. **Taylor & Francis Journals**, v. 29, n. 3, p. 391-413, 2018.

HOBSBAWN, E. **A era dos impérios (1875-1914)**. São Paulo: Paz e Guerra, 1988. 588p.

HOURANI, A. **O pensamento árabe na era liberal: 1798-1939**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005. 432p.

HOURANI, A. **Uma História dos Povos Árabes**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. 505p.

ISRAEL - MINISTRY OF FOREIGN AFFAIRS. **Israel and the Arab States**. Jerusalem: Israel Information Center, 1991.

KENNEDY, P. **Ascensão e queda das grandes potências: transformação econômica e conflito militar de 1500 a 2000**. Rio de Janeiro: Campus, 1989. 688p.

LEWIS, B. **O Oriente Médio: Do advento do cristianismo aos dias de hoje**. Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar, 1996. 390p.

LITTLE, D. Cold War and Covert Action: The United States and Syria, 1945-1958. **Middle East Journal**, v. 44, n. 1, p. 51-75, 1990.

LUCENA, G. G. A contribuição de Josué de Castro para a Geografia Política e a Geopolítica: uma visão alternativa para o pensamento geopolítico tradicional. In: CONGRESSO DE GEOGRAFIA POLÍTICA E GEOPOLÍTICA, 2., 2016. Natal. **Anais...** Natal: CONGEO, 2016. p. 1-16.

MASSOULIÉ, F. **Os conflitos do Oriente Médio**. São Paulo: Editora Ática, 1994. 160p.

MESA, M. G. L. Quem tem direito ao território? Goiânia: **Boletim Goiano de Geografia**, Goiânia, v. 37, n. 1, p. 74-90, 2017.

MESQUITA, Z. Do território à consciência territorial. In: MESQUITA, Z.; BRANDÃO, C. R. (Org.). **Territórios do Cotidiano: uma introdução a novos olhares e experiências**. Porto Alegre: Ed. Universidade, 1995. p. 76–92.

MONIZ BANDEIRA, L. A. **A segunda Guerra Fria: geopolítica e dimensão estratégica dos Estados Unidos – das rebeliões na Eurásia à África do Norte e ao Oriente Médio**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013. 713p.

NAPOLEONI, L. **A fênix islamista: o estado islâmico e a reconfiguração do Oriente Médio**. 1. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013. 154p.

NUNES, A. F. Estado Islâmico: Restauração do califado e instabilidade no Oriente médio. **Revista Cadernos de Estudos Sociais e Políticos**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 7, p. 54-77, 2015.

OMRAN, M. As marcas da história na guerra civil síria. **Revista Topoi**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 28, p. 366-371, 2014.

PINCHEMEL, P. La face de La terre - Éléments de géographie. In: PINCHEMEL, P. **Régions et territoires**. Paris: Armand Colin Éditeur, 1988. p 405-429.

SACK, R **Human territoriality: its theory and history**. Cambridge: Cambridge University Press, 1986. 272p.

SAID, E. W. **Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. 528p.

SAQUET, M. A. (Org). **Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Expressão popular, 2013. 193p.

SLOAN, G. **Geopolitics, geography and strategic history**. Geopolitical Theory. Routledge, Abingdon, 2017. 270p.

WATSON, A. **A evolução da sociedade internacional:** Uma análise histórica comparativa. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2004. 476p.

Recebido: 24.03.2023

Aceito: 28.02.2024